



TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO NO SEGMENTO DE MULHERES DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Moema de Castro Guedes*

As particularidades que envolvem o tipo de participação feminina no mercado de trabalho entre o segmento da população que tem um curso universitário completo são diversas e algumas delas já foram mapeadas em minha dissertação de mestrado¹. Ali, o tipo de análise desenvolvida seguiu duas direções comparativas: por um lado, em relação ao corpo mais amplo de mulheres trabalhadoras e, por outro, aos homens do mesmo estrato educacional, ou seja, as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

A partir das questões mapeadas naquele campo, este trabalho indaga em que medida o tradicional conceito de divisão sexual do trabalho poderia ser utilizado para explicar as dinâmicas encontradas no segmento de trabalhadores de nível universitário. Os processos analisados refletem importantes mudanças no mundo do trabalho e, particularmente, uma realidade que cada vez mais coloca em xeque a figura masculina como o 'provedor natural' da família.

1. O lugar da trabalhadora mais qualificada no final do século XX no Brasil

O intenso processo de inserção laboral da população feminina como um todo vem trazendo à tona, a partir do final do século XX, duas questões importantes. Embora as mulheres de nível universitário já se defrontassem com elas em 1970, recentemente ambas vêm adquirindo mais relevância na sociedade brasileira. A primeira é o fato de que as responsabilidades familiares não constituem um empecilho para a participação das mulheres no mercado de trabalho. Diversos trabalhos mostram que os principais incrementos da taxa total de participação laboral das mulheres nos últimos anos é resultado do grande aumento da inserção do grupo de mulheres casadas e com filhos. A segunda é a constatação de que, uma vez no mercado de trabalho, arcando com as despesas da casa de forma no mínimo compartilhada, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com crianças pequenas (Bruschini e Lombardi, 2001).

Esse quadro aponta para uma realidade na qual a desnaturalização do papel tradicionalmente feminino de cuidadora dos demais membros da família é um processo mais lento que a aceitação de

* Professora e pesquisadora da UERJ.

¹ "As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho (Brasil: 1970-2000)", defendida na ENCE/ IBGE em 2004.



que o provimento do sustento do lar não é um atributo exclusivo dos homens. Ou seja, é aceito socialmente de modo mais amplo que uma mulher trabalhe fora do que a divisão das tarefas domésticas entre ela e seu cônjuge. Neste contexto, partimos do pressuposto de que o trabalho em tempo parcial – por permitir às mulheres acomodar seu duplo papel – acentua as disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico no interior do casal. Foi este historicamente o modelo que assegurou às mulheres um investimento simultâneo e balanceado entre trabalho produtivo e reprodutivo, enquanto os homens continuaram mais centrados no primeiro.

Bruschini e Lombardi (1999) indicam uma mudança deste quadro com a expansão da presença feminina em carreiras universitárias de prestígio. As autoras destacam o processo de entrada das mulheres em redutos tradicionalmente masculinos como fruto de uma convergência de fatores. Por um lado, em função da intensa transformação cultural nos anos 1970, que impulsionou as mulheres para as universidades. O processo de expansão das vagas dos cursos universitários que caracteriza o período é destacado por alguns autores como resposta a uma demanda eminentemente das mulheres². Por outro, as transformações pelas quais passaram as profissões, em direção à especialização e ao assalariamento, em detrimento da antiga autonomia profissional. Essa mudança teria repercutido negativamente no nível de prestígio atribuído a esses profissionais, o que teria aberto outras possibilidades para a inserção feminina além dos espaços tradicionalmente ocupados por elas.

Os resultados a que chegamos (Guedes, 2007) vão nesta direção, pois constatamos um crescente peso da população feminina no grupo de formados em todas as carreiras universitárias. Este fenômeno é particularmente relevante para a estruturação de novas identidades de gênero se olharmos as carreiras de maior prestígio. Evidentemente esta tendência sugere a conformação de representações do feminino mais voltadas para o mundo do trabalho e para o tipo de profissional altamente qualificado que passa a ser visado pelo mercado a partir do processo de globalização e reestruturação produtiva assistido no contexto brasileiro a partir dos anos 1990.

Em relação aos recentes processos históricos, Hirata (2001) destaca como consequência da inserção laboral mais fragilizada das mulheres uma diversificação das funções por elas desempenhadas, configurando um quadro de bipolarização das trabalhadoras brasileiras: em um extremo, profissionais altamente qualificadas, e, no outro extremo, trabalhadoras de ‘baixa

² Barroso e Mello (1975) destacam um fator fundamental para a clara estratificação baseada no sexo existente na clientela potencial do ensino superior nos anos 1970: a altíssima proporção de mulheres no curso normal. Esta opção tornava mais difícil seu acesso às universidades, uma vez que o conteúdo exigido nas provas de vestibular era quase por completo baseado em disciplinas lecionadas no chamado Ensino Secundário Científico e Ensino Secundário Clássico, cursados majoritariamente por meninos.



qualificação'. Este tipo de distribuição e o processo de valorização e maiores salários dos trabalhadores que se encontram no topo da pirâmide é uma dimensão que caracteriza tanto a mão de obra feminina quanto a masculina, como revela a própria autora. No entanto, é importante salientar que enquanto esse processo é recente entre as mulheres, é antigo entre os trabalhadores homens.

Leone e Baltar (2006) reforçam essa perspectiva ao discutirem dados comparativos sobre a mão de obra feminina e masculina³ nos anos 1990, provenientes das PNADs de 1992 e 2002. Assim como Hirata, os autores apontam que o período marca uma melhora do rendimento dos trabalhadores com nível universitário e daqueles com até oito anos de estudo. No entanto, é destacado também o fato de que a distância salarial entre aqueles e estes aumentou no período. No segmento de trabalhadores com nível universitário, os autores mostram que as mulheres passam a ser maioria da mão de obra (51%). Apesar da maior participação feminina, mostram que é justamente neste grupo que as diferenças salariais seriam mais expressivas. Ao longo do período analisado, essas diferenças mantêm-se elevadas, apesar de terem apresentado leve tendência de queda⁴.

Guimarães (2001) traça um amplo panorama das desigualdades de sexo e cor no mercado de trabalho brasileiro através de dados das PNADs de 1989 e 1999. Empregando o salário dos homens brancos como referência, a autora cria um modelo no qual são decompostos os determinantes das diferenças entre os rendimentos dos grupos de sexo e cor na população ativa. Uma vez isoladas cada componente, a persistente variação do salário/hora é analisada como discriminação. No caso da população negra, a menor qualificação desta mão de obra parece ser o principal fator que os separa dos homens brancos em termos salariais, já que uma vez isolado este fator o diferencial salarial desaparece. O dado mais interessante trazido pela autora é que, entre as mulheres brancas, o peso líquido da discriminação é o maior. Isso porque esse grupo dispõe de todos os demais ativos que propiciariam a igualdade em face dos rendimentos dos homens brancos, exibindo, além do mais, escolaridade significativamente mais elevada que a masculina. Desse modo, Guimarães acaba por concluir que a única e significativa desvantagem na competição por rendimentos no grupo de mulheres brancas estaria inscrita no corpo, e não preponderantemente em desigualdades de origem social mais ampla. Sua condição de sexo as desqualificaria na disputa por melhores salários.

2. Evidências de aproximação dos padrões de inserção feminino e masculino

³ Os autores analisam apenas o mercado de trabalho das regiões metropolitanas.

⁴ Isso ocorre porque é neste segmento que há maior diversidade de especializações e uma progressão ao longo da carreira, com o teto salarial mais variável. Entre os trabalhadores da base da pirâmide salarial há um conjunto de salários uniformemente baixos, independente do sexo do trabalhador.



Grande parte das limitações em termos de comparabilidade da população masculina e feminina de nível universitário nos Censos de 1970 e 2000, principal fonte de dados com as quais trabalhamos, diz respeito à composição etária da população em questão nos dois momentos históricos. Enquanto em 1970 as mulheres deste estrato de escolaridade estavam concentradas nos primeiros grupos etários, particularmente o de 20 a 29 anos, no censo de 2000 esta população distribuiu-se mais ao longo de todas as idades. Esse diferencial reflete o processo de intensa entrada feminina nos cursos universitários no final dos anos 1960 e início dos 1970, quando a ampla maioria das mulheres que compunham o grupo eram jovens recém-formadas. Passados trinta anos, os egressos dos cursos superiores distribuem-se menos concentradamente nas idades, por se tratar de um fenômeno iniciado décadas antes.

Em relação apenas à população de nível universitário empregada, tanto no Censo de 1970 quanto no de 2000, busca-se evidenciar os principais avanços das mulheres no tipo de inserção laboral que conquistaram, lançando mão das variáveis ‘classes de rendimento em salários mínimos’ e ‘horas semanalmente trabalhadas’. Finalmente, analisa-se a distribuição dos trabalhadores de nível universitário por sexo nos grandes grupos de ocupação da atividade principal em 2000, o que permite visualizar alguns nichos tipicamente femininos e masculinos no mercado de trabalho.

A principal tendência encontrada foi a maior diferenciação interna do contingente de trabalhadoras mulheres, refletida na variável rendimento em salários mínimos. O balanço dos últimos trinta anos, como mostra a Tabela 1⁵, revela uma persistência de concentração feminina nos grupos mais mal remunerados concomitantemente a um crescimento expressivo do grupo mais bem remunerado. Estes dados vão de encontro ao que sugere a literatura anteriormente discutida.

⁵ Os estratos de renda utilizados na tabela foram estruturados a partir da divisão do que o entrevistado declarou como rendimento total de todos os trabalhos (Censo 2000) e rendimento total (Censo de 1970) divididos pelo valor do salário mínimo no período em que as pesquisas foram a campo. O arranjo proposto agrega valores maiores que os utilizados nas tabulações do IBGE por tratar-se de um grupo social consideravelmente mais bem remunerado que a média da população brasileira.



Tabela 1

Distribuição da população brasileira de nível universitário por sexo e segundo estratos de rendimento em salários mínimos – 1970 e 2000

	Mulheres 1970	Mulheres 2000	Homens 1970	Homens 2000
Até 5 salários mínimos	64,9	32,1	23,5	14,1
de 5 a 10 S.M.	27,2	35,8	30	25,2
de 10 a 15 S.M.	5,8	13,4	22,2	15,1
de 15 a 20 S.M.	1,4	8,6	12,2	14,9
de 20 a 30 S.M.	0,6	5,2	9,2	11,8
mais de 30 S.M.	0,1	4,8	2,7	18,9
Total	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos, 1970 e 2000, IBGE. Elaboração própria.

As principais diferenciações de um Censo para outro reveladas pela tabela são, no caso das mulheres, a desconcentração da população de trabalhadoras apenas no estrato mais mal remunerado, passando a concentrar-se também no segundo estrato e a distribuir-se mais uniformemente nos demais. Essa melhora é a mudança mais expressiva apontada pela tabela. No entanto, esse diferencial em relação ao Censo de 1970 pode refletir o peso das coortes mais velhas em 2000, quando uma parcela mais expressiva de mulheres já se encontra em etapas mais avançadas da carreira.

No contingente masculino de trabalhadores também se observa uma desconcentração. Contudo, no caso dos homens, a distribuição no Censo de 2000 equaliza as categorias de rendimento, tornando muito semelhantes o peso de todos os estratos. Ou seja, a diferenciação interna deste grupo de trabalhadores é menor que aquela observada no contingente feminino na mesma situação. Esse equilíbrio e o peso importante do estrato mais alto de rendimento evidenciam o quanto a distribuição interna masculina é melhor que a feminina.

Como mostra a literatura discutida no início do trabalho, a brecha salarial entre homens e mulheres de nível universitário diminuiu muito pouco neste período recente. Esta conclusão é visível nas distribuições contidas na tabela. Todos os trabalhadores com nível universitário passaram a ganhar mais ao longo deste período, mas o aumento do peso relativo do estrato salarial mais alto é maior na distribuição masculina⁶.

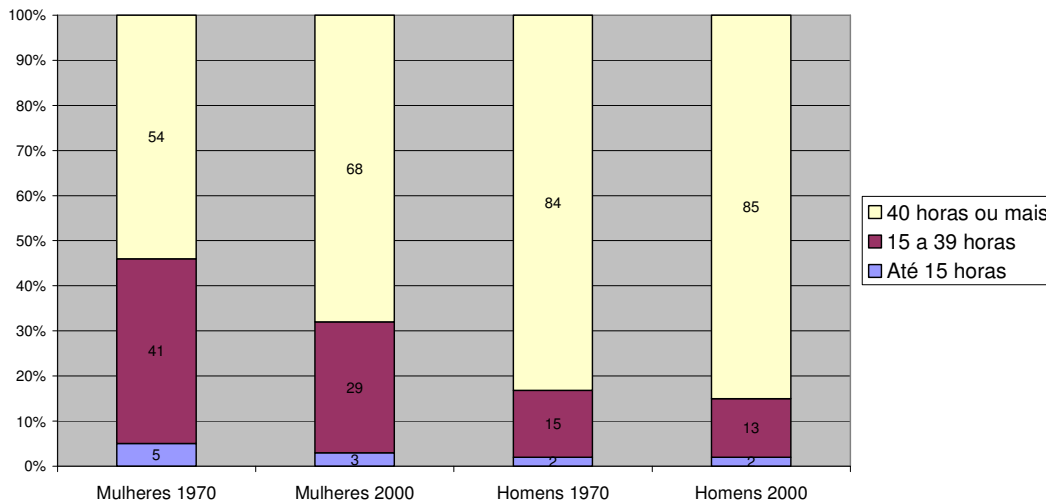
⁶ Um aspecto a ser salientado é que há uma necessidade de relativização da informação expressa no gráfico. Isso porque o poder de compra do salário mínimo mudou significativamente nos trinta anos que abarcaram a pesquisa. Silva *et al* (2006) revelam que o comportamento do salário mínimo mostrou bastante variabilidade entre 1970 e 2000. A partir do ano de 1995, o que se percebe é uma trajetória ascendente, ainda que esta não se equipare, em termos de valores, àqueles atingidos especialmente na primeira metade da década de 1980.



Em relação à variável ‘horas semanais trabalhadas’, existe maior semelhança entre homens e mulheres. Em linhas gerais, ambos os contingentes de trabalhadores apresentam ampla maioria concentrada no estrato que representa o chamado trabalho *full time*, correspondente a pelo menos 40 horas por semana. Essa tendência se acentua de um Censo para o outro no caso das mulheres e permanece bastante semelhante no caso dos homens. Os trabalhadores masculinos de nível universitário já estavam mais concentrados neste estrato em 1970, enquanto as mulheres se aproximam da distribuição masculina ao longo do período, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1

Distribuição da população de nível universitário por sexo e segundo estratos de horas semanais trabalhadas (Brasil 1970 - 2000)



Fonte: Censos Demográficos, 1970 e 2000, IBGE. Elaboração própria.

De fato, as mulheres de nível universitário apresentam um quadro em 1970 onde o trabalho em tempo integral já representava a maioria. Contudo, nesta época o peso das trabalhadoras em tempo parcial também é expressivo, o que não ocorria nem ocorre com os homens. A queda na proporção de mulheres em tempo parcial e daquelas que trabalham apenas até 15 horas semanais no censo de 2000 mostra que este contingente vem se aproximando cada vez mais do padrão masculino, no que tange ao tempo despendido com trabalho voltado para o mercado. Os homens, por outro lado, por já apresentarem em 1970 uma distribuição muito concentrada no estrato de mais horas semanais trabalhadas, quase não modificam sua composição em 2000.



A literatura mostra que, em relação a outros estratos educacionais, as mulheres de nível universitário são as que estão mais inseridas no mercado de trabalho (taxas de participação) e também as que dedicam maior tempo ao chamado trabalho produtivo ou voltado para o mercado (Araújo e Scalon, 2005). Diante disso, a questão posta para os estudos de gênero seria como se comportam os homens pertencentes a este estrato educacional em relação ao trabalho reprodutivo no interior das famílias. Ou seja, se a nova realidade de casais de provedores de fato impulsiona uma reacomodação dos papéis tradicionais também no universo doméstico da vida social.

Com a introdução da pergunta sobre uso do tempo com tarefas domésticas na PNAD a partir de 2001, este universo passa a poder ser desvendado e a variável escolaridade mais uma vez aparece como dimensão fundamental para a compreensão de expressivos diferenciais na população brasileira. Com base em tabulações da referida pesquisa, Dedecca *et al.* (2008) afirmam que entre as mulheres há uma relação inversa entre nível de escolaridade e jornada de trabalho destinada à reprodução social. Segundo eles, mulheres com baixa escolaridade tendem a ter jornadas domésticas em média 75% superiores às das mulheres com nível universitário completo. No entanto, é destacado que a melhor inserção ocupacional amenizaria a discriminação com relação à mulher, mas não permitiria superar sua situação em termos de jornada de trabalho para a reprodução. Isso não apenas porque elas continuariam despendendo um volume ponderável de horas com este objetivo, mas também porque os homens em mesma situação não ampliam suas responsabilidades nas atividades de reprodução social da família.

Mello e Castilho (2008) destacam uma dimensão importante nesse sentido: as horas médias semanais dedicadas a afazeres domésticos da população ocupada, com 10 anos ou mais, por sexo e estratos de escolaridade. As autoras apontam que tanto homens quanto mulheres com mais de 12 anos de estudo – o que corresponderia a pelo menos o curso de graduação iniciado mas não necessariamente concluído – dedicam menos tempo que os demais estratos educacionais às tarefas domésticas. A relação direta entre escolaridade e menos horas dedicadas a este tipo de trabalho possivelmente refletem arranjos que contam com algum tipo de serviço doméstico prestado por empregadas nos domicílios deste segmento. Mesmo contando frequentemente com estas trabalhadoras, que “atenuam” as tensões na divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres, estas continuam despendendo mais tempo com estes afazeres. Os dados da PNAD de 2005 mostram que, neste segmento mais escolarizado, enquanto as mulheres despendem 16,02 horas semanais para este tipo de tarefas, os homens dedicam apenas 7,53.



Uma outra dimensão fundamental a ser analisada é como se distribuem as mulheres e homens de nível universitário entre as ocupações, uma vez que a intensa expansão do contingente de indivíduos com este nível educacional, a partir dos anos 1990, criaria um excedente de mão de obra qualificada que, possivelmente, não estaria inserida na área à qual se dedicou no curso de graduação. A Tabela 2 mostra esta distribuição no Censo Demográfico de 2000⁷.

Tabela 2

Distribuição da população de nível universitário inserida no mercado de trabalho por sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal (Brasil 2000)

	Homens	Mulheres
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	19,32	10,94
Profissionais das ciências e artes	45,97	52,75
Técnicos de nível médio	12,82	14,93
Trabalhadores de serviços administrativos	7,01	13,27
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	5,86	5,18
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	1,66	0,25
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2,90	0,99
Trabalhadores de reparação e manutenção	0,54	0,03
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	1,70	0,15
Ocupações mal-especificadas	2,22	1,51
Total	100	100

Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Elaboração própria.

Os dados mostram que o principal diferencial de peso relativo – que acaba se refletindo nas demais categorias – é a maior concentração masculina na categoria “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes”. O fato de esta ser uma categoria profissional que reflete prestígio social e está associada a maiores salários poderia explicar, em parte, os diferenciais salariais encontrados entre homens e mulheres tratados acima. Em

⁷ Não realizamos o mesmo tipo de cruzamento com o Censo de 1970 porque as ocupações deste período não se encontram disponibilizadas em grandes grupos comparáveis a estes.



contrapartida, as mulheres encontram-se mais concentradas nas categorias ‘profissionais de ciências e artes’. Esse quadro sugere que o nível educacional superior não se converta tão diretamente em melhores postos de trabalho quando comparamos a população feminina à masculina.

Considerações finais

As diversas dinâmicas observadas no tipo de inserção dos trabalhadores brasileiros a partir do recorte educacional vêm se mostrando um campo fértil para as análises de gênero. Isso porque o investimento das mulheres na escolarização consolida valores e identidades menos orientados para o mundo doméstico, o que intervém diretamente nas dinâmicas observadas. A comparação entre distintos momentos históricos, todavia, mostra que o processo de inserção das mulheres mais escolarizadas no mercado de trabalho é marcado por rupturas, continuidades e uma crescente heterogeneização ao longo do tempo.

O que mais chama atenção nos dados analisados é que, apesar do investimento em termos de qualificação e tempo destinado à esfera produtiva serem bastante próximos entre homens e mulheres de nível universitário, os tipos de ocupação ainda fazem com que a renda masculina responda provavelmente por uma parcela maior do provimento das famílias. Esse quadro, mostra que a idéia de uma ‘divisão sexual do trabalho atenuada’ já não seria muito aplicável à realidade dos anos 1970, quando a maioria das trabalhadoras deste segmento já estava inserida em tempo integral. Em todas as variáveis analisadas, assistimos à expansão de um modelo de trabalhadora cuja renda é fundamental nos provimentos familiares. Isso sugere um lugar cada vez mais central do mundo do trabalho e dos planos de progressão nas carreiras nas escolhas das mulheres.

Desde uma perspectiva mais ampla é difícil afirmar se essa tendência reflete pressões em relação à cultura de consumo das camadas médias e altas da sociedade brasileira ou se apontam para uma crescente lógica feminina que reconhece o campo do trabalho como um *locus* fundamental de realização e afirmação da identidade. Possivelmente ambos. O interessante a ser ressaltado na presente análise é que as escolhas ou constrangimentos que permeiam o tipo de ocupação que homens e mulheres exercem é de ordem mais simbólica e subjetiva que os constrangimentos concretos que historicamente alijaram as mulheres do espaço público.



Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BARROSO, Carmem L. M.; MELLO, Guiomar N.. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 15, dez. 1975.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17/18, 2001.**
- _____. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, 1999.
- DEDECCA, Cláudio S.; RIBEIRO, Claudio; S. M.; HAJIME, Fernando. Ocupação e tempo de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Abep, 2008.
- GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, jul.-set., 2008.
- GUIMARÃES, Nadya A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdade de gênero e raça no Brasil. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, 2001.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, 2001.
- LEONE, Eugênia T; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho metropolitano: gênero e diferenças de rendimento, 1992-2000. In: *Gênero*, Niteroi, v. 6, n. 2-v7, n. 1, 2006.
- SILVA, Roselaine N. B; OLIVEIRA, Ana L.P.; CAVILHÃO; Ieda M. Determinantes da formação do valor da força de trabalho: uma contribuição para o caso brasileiro referente ao período de 1985-2000. In: *Revista Faz Ciência*, Cascavel, n. 8, Unioeste, 2006.
- SOARES, Sergey; ISAKI, R. S. A participação feminina no mercado de trabalho. *Seminários Dimac*, Ipea, n. 127.